



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – O DESAFIO DE SUPERAR A ALIENAÇÃO NO FAZER PROFISSIONAL

Milena Maciel da Silva¹
Ana Karine da Silva Pereira²
Luciana Pinheiro de Alencar³
Vanessa Saraiva Nogueira⁴

Resumo: O presente trabalho busca apresentar uma reflexão teórica acerca da instrumentalidade no trabalho do assistente social. Realizada a partir de fontes secundárias, utilizamos o método qualitativo e analisamos os dados extraídos de forma descritiva. Trouxemos uma discussão sobre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional e o processo de alienação presente em nosso cotidiano.

Palavras-chave: Serviço Social, Instrumentalidade, Alienação.

Abstract: The present work aims to present a theoretical reflection about the instrumentality in the work of the social worker. Based on secondary sources, it was used the qualitative method and the extracted data was analyzed in a descriptive way. It was brought a discussion about the objective and subjective conditions of the professional practice and the process of alienation present in our daily lives.

Keywords: Social Service, Instrumentality, Alienation.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é elaborar uma reflexão teórica sobre a instrumentalidade no processo de trabalho do assistente social, conjecturando acerca da alienação pertinente no fazer profissional sobre o uso de suas competências. A pesquisa é fruto de uma reflexão teórica, um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, realizado no semestre 2019.1.

Primeiramente, é necessário compreender o real conceito da instrumentalidade no processo de trabalho. De modo conceitual, o sufixo "idade" significa capacidade, qualidade e/ou propriedade de algo. Assim, Guerra (2000) afirma que a instrumentalidade não se resume apenas a um conjunto de materiais técnicos (objetos),

¹ Estudante de Pós-Graduação. Centro Universitário Ateneu. E-mail: <macmileninha@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Centro Universitário Ateneu. E-mail: <macmileninha@gmail.com>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Ateneu. E-mail: <macmileninha@gmail.com>.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Ateneu. E-mail: <macmileninha@gmail.com>.

mas é a capacidade/qualidade do profissional diante das intervenções, tornando-se uma propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída ao longo da conjuntura histórica. A instrumentalidade, como algo imprescindível no fazer profissional, constitui-se como uma forma concreta de reconhecimento da profissão, pois possibilita aos profissionais a capacidade de responder de forma reflexiva e criativa a problemas ocasionados pelas expressões da questão social; evidencia-se que é a principal chave de intervenção nas relações sociais.

Falar de instrumentalidade como processo de trabalho do assistente social, torna-se um assunto desafiador, embora seja um tema bastante discutido ao longo dos anos que perpassa a prática da ruptura com o tradicionalismo, a mesma tornou-se uma propriedade que o profissional adquire no seio das relações sociais, como uma estratégia para ultrapassar o imediatismo, a fragmentação, o senso comum e principalmente a alienação.

Na visão de Marx (2008), a alienação é um conceito complexo do campo do marxismo que pressupõe o entendimento de que nas relações sociais burguesas o *trabalho*, atividade criadora que funda o ser social, sofre um processo de inversão no qual a criatura (mercadoria) passa a dominar o criador. Portanto, a alienação é um fenômeno historicamente situado nos marcos da sociabilidade burguesa.

Com base nesse referencial marxista, entender a alienação no fazer profissional do Assistente Social requer o conhecimento quanto às condições objetivas e subjetivas da profissão, para que se observe a qualidade das respostas cotidianas e a materialização do projeto ético-político.

Com essa reflexão teórica, almeja-se apresentar o desafio da categoria em mostrar que a instrumentalidade se apresenta na vida do assistente social como uma condição concreta do reconhecimento profissional, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de finalidades pela intervenção a partir da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

INSTRUMENTALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL

Ao estudarmos o contexto histórico do surgimento do Serviço Social, compreende-se que é uma profissão que emerge no meio do capitalismo monopolista, em que o Estado, em caráter de urgência, montava juntamente com a burguesia estratégias de intervenção em meio à crise do capital, dentre elas o controle da classe trabalhadora, que com o crescimento exponencial da pobreza reivindicava seu reconhecimento como classe política e o atendimento das expressões da questão social. Assim, segundo Moura e Menezes (2018, p. 7), “o Estado passou a necessitar

de um conjunto de práticas e instituições que lhe servissem de instrumento para interferir na questão social, garantir a reprodução da classe trabalhadora e manter a hegemonia da classe burguesa”. O modo de exploração do sistema capitalista está ligado com a exploração da força de trabalho, e nesse contexto o Estado se coloca como intermediador da divisão social do trabalho, assumindo as responsabilidades sobre os conflitos existentes entre trabalho e capital.

Desse modo, concorda-se com Guerra (1995), quando afirma que a utilidade e o significado de uma profissão estão ligados diretamente às necessidades sociais, econômicas, políticas e ideoculturais. O Estado passa a atuar na regulação das relações sociais e busca dar respostas às necessidades da população por meio de políticas sociais e o Assistente Social será o executor terminal dessas políticas. O contexto histórico como elemento central, pactua na determinação dos meios de intervenção, pois serve como um “espelho” para a elaboração de metas e objetivos, capazes de proporcionar uma transformação social. Assim, os profissionais, em meio à pressão social, são conduzidos e chamados para modificar as condições, os meios e os instrumentos existentes, é exatamente nesse momento que o Serviço Social materializa a instrumentalidade à sua ação, suspendendo o cotidiano e propondo ações de superação do senso comum e da imediatividade.

Na medida que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Desse modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser de todo trabalho (GUERRA, 2000, p. 2).

Na análise de Guerra (2000), a instrumentalidade no exercício profissional refere-se não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico. No termo instrumentalidade, de forma mais conceitual, o sufixo “idade” significa capacidade, qualidade ou propriedade que se tem acerca de algo, é também a capacidade de encontrar intervenções críticas em meio a imediatividade das demandas. Pois “a instrumentalidade, enquanto ato e potência, condição necessária à reprodução da vida material e social dos homens, se vê limitada a um padrão que contempla apenas as ações racionais que produzam fins imediatos” (GUERRA, 1995, p. 197).

Uma vez que a profissão surgiu como necessidade de intervenção nas expressões da questão social, percebemos que essa instrumentalidade (GUERRA, 2000) está associada à sua condição de instrumento de controle, que serve à

manutenção da produção material e reprodução ideológica da força de trabalho, uma vez que sua função é atuar nas respostas às necessidades sociais. Diante de todo o percurso histórico da profissão, bem como das conquistas e das lutas travadas, ainda percebe-se vestígios da alienação no fazer profissional e/ou meramente a incompreensão da abordagem qualificada proposta pela instrumentalidade construída ao longo da história do Serviço Social e que requer atualização constante do contexto sócio, econômico e político que lhe dá sentido e significado, como pode-se perceber no discurso de Moura e Menezes (2018, p. 8):

Além disso, as ações estão imbuídas da racionalidade técnica e da razão instrumental já abordadas no tópico anterior. Desse modo, a instrumentalidade da profissão subsume os meios aos fins, e o seu caráter imediato não permite aos sujeitos alcançarem o entendimento das finalidades particulares para as finalidades da sociedade. Os sujeitos não fazem escolhas capazes de elevar seus interesses particulares para o nível da genericidade, a ponto de abarcarem valores humano-genéricos.

A instrumentalidade, sem dúvida, ainda é um grande desafio para a categoria, principalmente, no que diz respeito ao conhecimento sobre suas partes constitutivas, pilares para uma intervenção fundamentada em valores e princípios éticos conquistados ao longo de suas revisões do aporte legal pela categoria profissional, e ao seu valor como condição de reconhecimento profissional. É a peça chave da intervenção, capaz de transformar a realidade de muitos indivíduos e de seus familiares. Tudo isso acontece no cotidiano, um *locus* de intensas contradições e limitações institucionais que dificultam o agir profissional crítico, suscitando a alienação como um padrão de resposta às demandas imediatas, que conduz à prática da alienação. Guerra (1995) afirma que, “no cotidiano, impera a repetição, o mimetismo, a padronização, as analogias, a superficialidade, a ultrageneralização, o espontaneísmo”. Entretanto, é exatamente no cotidiano que essas ações podem ser rompidas, é também um local de ruptura, recomeço, experiências, tentativas, erros, acertos etc. No cotidiano, tudo pode começar errado, mas é também no cotidiano que tudo pode terminar certo. No entanto, para que tudo isso aconteça, é preciso correr atrás da luz chamada conhecimento, sem ela é impossível conseguir êxito profissional.

O exame de certos objetivos, a discussão sobre o referencial teórico metodológico, a análise sobre a maior ou menor autonomia do trabalho do assistente social no âmbito da organização do processo de trabalho coletivo, ou seja, qualquer investimento crítico investigativo não escapa da demarcação de uma concepção de profissão, possa ela ter sido explicitada ou não num projeto de intervenção, ou de investigação, num relatório, num texto, ou em qualquer forma de registro do trabalho dos assistentes sociais. É praticamente impossível nos propormos a uma reflexão sobre a atividade profissional sem mobilizarmos uma certa referência compreensiva acerca da mesma. (ALMEIDA, 2006, p.7)

Portanto, concorda-se com Guerra (2000) quando afirma que o rompimento de práticas meramente instrumentais e sem criticidade, na instrumentalidade do Serviço Social, dá-se por meio da integração de elementos teóricos, políticos e éticos no fazer profissional.

Na visão de GUERRA (2013) a dimensão teórico-metodológica refere-se a capacidade de compreensão do método, das teorias e sua relação com a prática na ação profissional. A técnico-operativa está relacionada aos princípios e valores da profissão, aos objetivos e finalidades das ações do assistente social que guiam a prática no cotidiano. Já a dimensão ético-política faz menção a capacidade reflexiva e criativa do profissional em articular os instrumentos para materializar os objetivos⁵.

A categoria é a principal responsável por todas as mudanças, promotora da difusão do conhecimento. A quebra com paradigmas construídos historicamente é desafiadora, o rompimento de práticas conservadoras leva tempo, mas é possível. Precisa-se de dedicação e busca constante por aperfeiçoamento intelectual, somente assim teremos a materialização do projeto ético-político em constante desenvolvimento.

CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Ao longo do desenvolvimento da profissão, acompanhamos a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Com isso, identificamos também uma institucionalização pautada no conflito de classes sociais antagônicas que, praticamente, relacionam-se em volta do processo produtivo do sistema capitalista.

Aqui, a contradição se localiza no fato de que o Serviço Social, embora se constituindo em estratégia de enfrentamento do estado no tratamento das questões sociais e instrumento de contenção das mobilizações populares dos segmentos explorados, tem a sua gênese vinculada à produção desse mesmo segmento populacional (GUERRA, 1995, p. 153).

Arelado a tais condições devemos pensar o Serviço Social inteiramente entrelaçado aos interesses das classes sociais, sendo que neste ambiente está presente também a compra e venda da sua força de trabalho, onde percebemos uma dualidade interventiva que perpassa o exercício do seu fazer profissional.

Concordamos com Guerra (2013) quando afirma que as condições objetivas, de modo geral, dizem respeito às produções materiais da sociedade, como a

⁵A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

propriedade dos meios de produção, os espaços sócio-ocupacionais, a conjuntura, os objetos, os campos de intervenção entre outros. E as condições subjetivas são aquelas relativas aos sujeitos, às suas escolhas, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Martinelli e Koumrouyan (1994) também apresenta sua contribuição nesse estudo sobre as condições objetivas e subjetivas do fazer profissional. Segundo as autoras, os instrumentos fazem parte de ambas as condições, ou seja, compreendem um conjunto de técnicas para a materialização do processo de trabalho. Os instrumentos podem ser uma estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, possibilita intervenções criativas e reflexivas, onde verificamos a realização desse processo, através do que Iamamoto descreve:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO [et al], 2009, p.12).

Desse modo, entendemos que tais condições que dão intencionalidade à profissão, são uma construção histórica que ainda precisam passar por muitas mudanças de concepção, mas reconhecemos que os conceitos adotados hoje, tanto para as condições objetivas quanto para as subjetivas, fazem parte de um crescimento teórico da categoria, que lutou e continua lutando por voz e por espaço.

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2007, p.52).

A sede por transformações e mudanças deve ser permanente no meio da categoria. Reconhecemos que, ao longo da trajetória do Serviço Social, aconteceram inúmeros avanços, muitas conquistas, mas ainda vislumbramos um longo caminho de transformação, onde devemos permanecer lutando pelo fortalecimento e interesse da classe trabalhadora, na qual estamos inseridas, articulando nossas ações junto aos demais sujeitos sociais a fim de conquistarmos uma sociedade onde prevaleça a justiça e igualdade social.

Diante desse contexto, ressaltamos a importância da categoria na luta pelo fortalecimento do projeto ético-político, com o intuito de resistir ao processo de alienação ainda presente no fazer profissional, abordagem que seguirá adiante.

PROCESSO DE ALIENAÇÃO DO FAZER PROFISSIONAL

A partir de um ponto de vista teórico, o cotidiano representa o principal campo de materialização do Serviço Social enquanto profissão. É exatamente nesse espaço, de “ondas” conservadoras e ultraneoliberais que o profissional consegue colocar em prática as três dimensões da profissão, as competências ético-política, teórico metodológica e técnica-operativa. No entanto o mesmo cotidiano que apresenta possibilidades de pôr em prática o conhecimento acumulado pela categoria em resposta aos desafios sociais é também o espaço em que o profissional corre o risco de um fazer profissional alienado.

Mesmo que, a alienação seja um fenômeno demarcadamente histórico e possível de ser superado, neste momento estamos vivenciando o ápice desse processo. Para Marx (2008) existem pelo menos 4 formas de alienação: 1) alienação em relação ao produto do trabalho, 2) no processo de produção, 3) em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano e 4) em relação aos outros indivíduos. Sendo que, para todas as formas, a alienação resulta um processo de grande complexidade, que exige considerações críticas e reflexivas.

Martinelli e Koumrouyan (1994) afirmam que a atuação crítica diante do cotidiano é um imenso desafio para o profissional. A autora alega que o fetiche da prática fortemente impregnou na estrutura da sociedade, e, de modo rápido, apossou-se dos assistentes sociais, exigindo uma ação de urgência diante das demandas, roubando-lhes a possibilidade de reflexão crítica para a tomada de decisão.

Desse modo, precisamos também compreender que a alienação se refere a uma situação resultante de fatores materiais dominantes da sociedade, caracterizada sobretudo, no sistema capitalista (MARX, 1844). O profissional não se reconhece enquanto sujeito transformador da realidade social, torna-se alheio a ela, é perceptível no processo de alienação a diminuição da capacidade do profissional em agir ou pensar por si próprio, mas movido por influências externas.

Atualmente, ainda existe uma concepção de que, na teoria, a prática é outra, ou seja, “a teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ou extrapolar o âmbito do pensamento, converte-se em uma prática burocratizada” (GUERRA, 1995, p. 171-172). Seguindo também a mesma linha de pensamento, concordamos com Netto (2009, p. 68), quando afirma que:

[...] o caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes [...] se inserem em atividades interventivas

cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle [...] passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheias às matrizes originais das suas protoformas.

Portanto, o processo de superação da alienação é uma luta diária, pertinente aos profissionais, exige mudança de visão, quebra de paradigmas e muita resistência às ações imediatistas do senso comum. Entretanto, é necessário muita sabedoria, ou seja, uso devido dos recursos e conhecimentos adquiridos na formação profissional e na constante atualização alinhada ao senso crítico, o primeiro passo primordial é, de fato, conhecer a profissão e compreender o projeto ético-político profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões elaboradas até aqui, compreendeu-se que a instrumentalidade é o resultado da idoneidade como capacidade e aptidão criativa do profissional no cotidiano, habilidade de desenvolver intervenções críticas, tendo como referência o projeto ético-político. Conforme estudo das obras de Guerra e outros autores supracitados, percebeu-se que o processo de alienação faz com que o fazer profissional do Assistente Social se torne apenas um conjunto de técnicas para solucionar problemas do cotidiano, algo repetitivo e alienante que se prende aos limites institucionais, resultando em fundamentos conservadores. Percebeu-se também que a alienação é um conceito complexo do campo do marxismo, um fenômeno historicamente situado nos marcos da sociabilidade burguesa, onde as reflexões desse processo que perpassam o campo do trabalho refletem diretamente na ação profissional.

Além disso, concluímos que a instrumentalidade é um campo de mediação para o exercício profissional crítico, capaz de articular as dimensões teórica, política e ética. Não é somente um conjunto de técnicas, mas refere-se sobretudo a capacidade teleológica do profissional. Ademais, conforme GUERRA (2000) muitas mudanças ainda precisam ser feitas no panorama interventivo da profissão, entretanto, é notório também muitos avanços, principalmente, na dimensão técnico-operativa, em que o profissional, mesmo diante dos processos de institucionalização, ainda consegue fazer intervenções criativas. O Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, ir além da requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho, buscar sobretudo nova legitimidade inspirada na razão dialética, tendo sempre como objetivo superar a ordem social do capital.

Portanto, superar a alienação no fazer profissional exigirá que a categoria continue com o processo de reconstrução da história da nossa profissão, aprimorar os

modos de intervenção, estando sempre disposto a capacitação técnica e intelectual para pensar no que se refere ao enfrentamento das desigualdades e contradições sociais, no engajamento as bandeiras de luta da categoria fundamentadas no projeto profissional, comprometido com a construção de uma nova ordem societária e articulado com o projeto ético –político que revigora os princípios e valores que dão suporte ao exercício profissional crítico, criativo e propositivo, tendo por base ações articuladas e pensadas à realidade social. Sendo assim, a dimensão ético-política deve ser firmemente repensada e refletida, para que possamos continuar com a materialização do projeto ético-político em constante desenvolvimento.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. de. **Retomando a temática da ‘sistematização da prática’ em Serviço Social**”. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. SP:OPAS, OMS, Ministério da saúde, 2006.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda; SANTOS, Claudia; BACK, Sheila. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 45. São Paulo: Cortez, 1994, p. 137-142.

MARX, Karl. **Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana**: Manuscritos econômicos filosóficos. 3. ed. São Paulo: Ática, 1844.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo. expressão popular, 2008.

MOURA, Epitacio; MENEZES, Viviane. A instrumentalidade do processo de trabalho do assistente social: por uma práxis ascendente à razão instrumental. In: **Revista CETROS**, 2018.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo monopolista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.